

## Apesar da alta de R\$5,6 bi, previsão de gastos com a Previdência segue defasada

**Contas públicas** Governo subiu projeção de gasto em R\$ 5,6 bi, mas especialista veem alta maior; auxílio-doença cresce 33% em fevereiro

# Previsão de gasto da Previdência tem defasagem de até R\$ 18,3 bi

Jéssica Sant'Ana e Marcelo Osakabe  
De Brasília e São Paulo

Apesar de ter aumentado a sua estimativa em R\$ 5,6 bilhões, a previsão do governo de gastar R\$ 914,2 bilhões com benefícios previdenciários neste ano ainda está subestimada, segundo projeções feitas por especialistas em contas públicas, consultorias, corretoras e bancos consultados pelo Valor. As projeções variam de, no mínimo, R\$ 923 bilhões a R\$ 932,5 bilhões, o que mostra que o cálculo do governo pode estar defasado entre R\$ 8,8 bilhões e R\$ 18,3 bilhões.

Apesar de ter aumentado a sua estimativa em R\$ 5,6 bilhões, a previsão do governo de gastar R\$ 914,2 bilhões com benefícios previdenciários neste ano ainda está subestimada, segundo projeções feitas por especialistas em contas públicas, consultorias, corretoras e bancos consultados pelo Valor. As projeções variam de, no mínimo, R\$ 923 bilhões a R\$ 932,5 bilhões, o que mostra que o cálculo do governo pode estar defasado entre R\$ 8,8 bilhões e R\$ 18,3 bilhões.

Apesar de ter aumentado a sua estimativa em R\$ 5,6 bilhões, a previsão do governo de gastar R\$ 914,2 bilhões com benefícios previdenciários neste ano ainda está subestimada, segundo projeções feitas por especialistas em contas públicas, consultorias, corretoras e bancos consultados pelo Valor. As projeções variam de, no mínimo, R\$ 923 bilhões a R\$ 932,5 bilhões, o que mostra que o cálculo do governo pode estar defasado entre R\$ 8,8 bilhões e R\$ 18,3 bilhões.

Apesar de ter aumentado a sua estimativa em R\$ 5,6 bilhões, a previsão do governo de gastar R\$ 914,2 bilhões com benefícios previdenciários neste ano ainda está subestimada, segundo projeções feitas por especialistas em contas públicas, consultorias, corretoras e bancos consultados pelo Valor. As projeções variam de, no mínimo, R\$ 923 bilhões a R\$ 932,5 bilhões, o que mostra que o cálculo do governo pode estar defasado entre R\$ 8,8 bilhões e R\$ 18,3 bilhões.

### Defasagem

Projeção de gasto do governo com previdência segue subestimada

Benefícios previdenciários em 2024 (em R\$ bilhões)

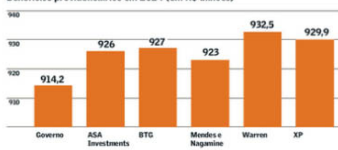


Foto: Valor

mento de 2% [de beneficiários], que é mais ou menos compatível com o que tivemos nos últimos anos, até diria que é uma taxa conservadora. O governo, por outro lado, está adotando implicitamente uma taxa próxima a zero, porque está contando com melhorias de gestão e de combate à fraude", explica o economista. O banco estima que os benefícios previdenciários vão consumir R\$ 929,9 bilhões do Orçamento federal em 2024.

"Nós não consideramos que o governo vai conseguir de fato implementar [as medidas de economia], e os dados que temos verificados até o momento mostram de fato que essas despesas estão ali em linha com a nossa projeção e estão acima do que o governo estava esperando", completou.

Fábio Serrano, economista do BTG Pactual, faz a mesma avaliação. "A principal divergência em relação à nossa estimativa está no fato de o governo assumir uma economia de aproximadamente R\$ 10 bilhões, resultado da adoção de processos mais cêleres para admissão de benefícios por incapacidade temporária [auxílio-doença]", explicou.

"Diante do forte crescimento no número de beneficiários, e da redução lenta da fila de requerimentos, adotamos hipóteses mais conservadoras e não assumimos essa economia", disse, salientando que a projeção do BTG é de um gasto de R\$ 927 bilhões do governo com benefícios previdenciários neste ano.

Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investimentos e ex-secretário do Tesouro Nacional, também observa que há sinais de aceleração do ritmo de requerimentos de benefícios previdenciários. "Estudos têm mostrado um ritmo elevado de concessão de benefícios, já que o governo tem feito esforços para reduzir a fila, mas esta tem se reduzido pouco", destaca.

A ASA Investimentos projeta um gasto de R\$ 926 bilhões para a nu-

**Prática de subestimar gastos com benefícios previdenciários foi adotada em 2023**

brica em 2024. Bittencourt lembra que, apesar das ações de combate à fraude, o governo suspendeu a prova de vida presencial neste ano para 4,3 milhões de segurados do INSS em que a checagem automática não foi possível ou encontrou inconsistências.

"Vemos o ritmo de cessação de benefícios não contribuindo tanto para a contenção da despesa, porque, se por um lado o governo está fazendo um pente-fino, buscando reduzir fraudes e combater ineficiências, por outro decidiu não suspender benefícios por falta de prova de vida", diz.

O Orçamento deste ano foi aprovado com uma previsão de o governo gastar R\$ 908,7 bilhões com benefícios previdenciários, ocasião em que, na época, o Valor já havia mostrado que a estimativa estaria subestimada em até R\$ 20 bilhões. Em março, ao fazer uma reavaliação das receitas e despesas, o governo aumentou a sua projeção em R\$ 5,5 bilhões, chegando a R\$ 914,2 bilhões.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, o valor terá de ser elevado nos próximos relatórios bimestrais de avaliação do Orçamento. "Os números do relatório bimestral estão subestimados, apesar da correção feita quando do anúncio do documento pelo governo", analisa Salto.

"A dinâmica da Previdência está bastante pressionada e exigirá um bloqueio expressivo de gastos discretários ao longo dos próximos meses. Isso ainda precisaria ser complementado por um contingenciamento igualmente expressivo, mesmo com a recuperação da arrecadação." A Warren projeta R\$ 932,5 bilhões com benefícios previdenciários.



Felipe Salto: "A dinâmica da Previdência está bastante pressionada"

Os economistas Marcos Mendes e Rogério Nagamine estimam que a rubrica vai exigir um desembolso de, no mínimo, R\$ 923 bilhões neste ano, considerando sentenças judiciais e compensações a regimes próprios. Nagamine explica que há uma incerteza em torno da projeção devido ao fato de que o governo pagou parte dos precatórios previdenciários de 2024 no fim de 2023, mas ressalta que a economia de cerca de R\$ 10 bilhões que o Ministério da Previdência Social vem estimando "não parece que vai ocorrer", o que vai exigir uma revisão dos gastos para cima nos próximos relatórios bimestrais.

Nagamine lembra que, em 2023, o governo também adotou a prática de subestimar os gastos com benefícios previdenciários ao longo dos meses, tendo reconhecido seu real impacto no Or-

camento somente no fim do ano. "Em 2023, na revisão do primeiro bimestre, a projeção inicial foi de uma despesa financeira com benefícios de R\$ 825 bilhões, mas o ano terminou com um gasto financeiro com benefícios [sem Comprev e sentenças judiciais como precatórios] de cerca de R\$ 835 bilhões, ou seja, houve uma subestimativa de cerca de R\$ 10 bilhões", relembra.

"Comprev" é a compensação do INSS a regimes próprios instituídos pela União pelos Estados, Distrito Federal e municípios. Procurado para comentar, o Ministério do Planejamento e Orçamento pediu ao Valor para procurar o Ministério da Previdência, que "é o órgão responsável pela elaboração e envio da projeção no processo de elaboração do relatório bimestral". O Ministério da Previdência Social, por sua vez, não retornou.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Brasil **Caderno:** A **Página:** 4